



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Moulin de Souza, Eloisio; Silva Junquilho, Gelson; Domingues Machado, Leila; de Fátima
Bianco, Mônica

A ANALÍTICA DE FOUCAULT E SUAS IMPLICAÇÕES NOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS SOBRE PODER

Organizações & Sociedade, vol. 13, núm. 36, enero-marzo, 2006, pp. 13-25
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638285002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A ANALÍTICA DE FOUCAULT E SUAS IMPLICAÇÕES NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS SOBRE PODER

Eloisio Moulin de Souza *
Gelson Silva Junquilha **
Leila Domingues Machado ***
Mônica de Fátima Bianco ****

RESUMO

A *Critical Management Studies* (CMS) ou Teoria Crítica em Administração tem sido utilizada por muitos pesquisadores organizacionais. Dentro da teoria crítica temos correntes marxistas, neo-marxistas e foucaultianas. A analítica foucaultiana aparece, nesse contexto, como uma alternativa para os estudos organizacionais que envolvem a temática "poder". Mas, para que tais estudos repercutam a analítica de poder estabelecida por Michel Foucault, faz-se necessário entender o que seja uma pesquisa genealógica. Assim, o objetivo deste artigo é esclarecer, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o que é uma pesquisa genealógica e qual a sua relação com a analítica foucaultiana de poder, bem como mostrar a forma correta de utilizar o pensamento de Foucault nos estudos organizacionais.

ABSTRACT

Critical Management Studies (CMS) have been utilized for many organizational researches. In CMS have Marxists neo-Marxists and Foucaultians thoughts. Foucault's analytical view emerges as an alternative to organizational researches that study power as a subject. Although, for such studies to represent the analytical view of power established by Michel Foucault, it is necessary to understand what is a genealogy research. The aim of this article is to clarify with a bibliographic what is a genealogical research and its relation with foucaultian analytical view of power, and showing the right way to use Foucault's thought in the organizational studies.

* Prof. Administração/Faculdade Estácio de Sá/ES, doutorando psicologia/UFES

** Prof. PPGA/UFES

*** Profª Psicologia e PPGA/UFES

**** Profª PPGA/UFES

INTRODUÇÃO

O pensamento de Michel Foucault exerce nos dias atuais uma grande influência nos mais diversos campos das ciências humanas. Observa-se a inserção de sua obra em áreas como direito, medicina, história, literatura, psicologia, administração, dentre outras, o que demonstra a vigorosidade de seu pensamento, bem como a atualidade de seus conceitos para as análises que se debruçam na complexidade das organizações contemporâneas. Seu pensamento, muitas vezes, é subdividido em períodos temáticos: saber, poder e processos de subjetivação. Entretanto, vale ressaltar que as discussões sobre saber não estão separadas de suas análises do poder, da mesma forma que saber e poder são indispensáveis em seus trabalhos sobre subjetividade. É o próprio Foucault (1979, 2004) que nos diz que seu tema de estudo sempre esteve ligado aos processos de subjetivação ou ao exercício ético de constituição de si.

A partir do estudo arqueológico, Foucault (1999, 2002, 2003b) centra-se na constituição dos saberes, ou seja, como os saberes assumem o *status* de verdade e acabam dando uma forma às discursividades de uma determinada época. Tal enfoque apresenta tanto as diversas disciplinas quanto as verdades a elas atreladas como constituição histórica; portanto, passíveis de transformações. O estudo genealógico dá mostras da forte influência da filosofia Nietzscheana (1998) no pensamento de Foucault (1979).

Para esse autor, "Nietzsche é aquele que ofereceu como alvo essencial, digamos ao discurso filosófico, a relação de poder. [...] é o filósofo do poder, mas que chegou a pensar o poder sem se fechar no interior de uma teoria política" (1979, p. 143). Apesar de fragmentos sobre poder aparecerem em seus textos anteriores, é por meio da genealogia que Foucault (1979), na análise dos diagramas de força, mais dedica-se a desenvolver seu pensamento sobre poder: poder disciplinar, poder de regulamentação ou biopoder e governamentalidade (FOUCAULT, 1979).

O pensamento de Foucault sobre poder tem sido muito utilizado nos estudos organizacionais, principalmente por pesquisadores que fazem parte da *Critical Management Studies* (CMS). Conforme demonstra Motta e Alcadipani (2003) em seu artigo intitulado "O Pensamento de Michel Foucault na Teoria das Organizações", as idéias desse autor são utilizadas de forma inadequada por alguns estudiosos organizacionais. Não se quer aqui analisar quais motivos levaram os pesquisadores organizacionais a cometerem erros na aplicação do pensamento de Foucault, nem apontar quais seriam esses erros. Objetiva-se colocar em discussão um ponto crucial no pensamento foucaultiano sobre poder: a utilização do estudo genealógico. Entender o que é genealogia para Foucault (1979, 1987a, 1987b, 1988, 1999b, 2003a, 2003c) mostra-se fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa que utilize a analítica de poder desenvolvida pelo filósofo. Assim, como deveria o poder ser analisado para Foucault?

A ANÁLISE DO PODER PARA FOUCAULT

O pensamento foucaultiano não tem relação, nem segue o pensamento marxista ou neo-marxista, especialmente quando o assunto é poder. O fato do trabalho desenvolvido por Foucault (1979, 1987a, 1988, 2003a) ser classificado no paradigma humanista radical (BURRELL, 1988), contribui para esta confusão. Os estudos críticos não são sinônimos de homogeneidade, de similitude de idéias; pelo contrário, constituem-se como sendo um campo heterogêneo de pensamento (FOURNIER e GREY, 2000).

Como "Vigiar e Punir" (1987a) é a obra de Foucault mais conhecida e a mais empregada por pesquisadores organizacionais (MOTTA e ALCADIPANI, 2003) na

sua utilização como referencial teórico em estudos sobre poder, observa-se uma certa instrumentalização desse. O que seria esta instrumentalização? Seria buscar a fonte do poder em alguém ou algo, em um gerente, em um funcionário, em um determinado departamento, em um equipamento (câmeras, computadores, sistemas) etc, ou seja, em algo físico, em um objeto. Tal idéia é contrária à analítica de poder foucaultiana. Para o autor (1979, 1987a, 1988, 2003a), o poder é algo microfísico, não existe uma fonte de poder e ninguém o possui, pois sua origem não está em nenhum ponto de toda estrutura social.

Um estudo organizacional sobre poder que tenha como referencial teórico Foucault (1979, 1987a, 1988, 2003a) deve ser realizado por meio de um estudo genealógico. Faz-se, então, necessário observar cinco procedimentos metodológicos para essa empreitada (FOUCAULT, 1979):

- 1) O poder não deve ser analisado em seu centro, ou seja, na diretoria de uma empresa, em seu presidente, mas sim onde o poder se distribui e ramifica, onde ele é capilar. Assim, ao invés de preocupar-se em descobrir onde o poder está localizado, deve-se captá-lo na extremidade, na periferia das relações sociais. Isto não significa que o poder encontra-se localizado nessa periferia; contudo é nela que as forças apresentam-se mais heterogêneas, difusas, não estando ainda direcionadas pelas instituições e, conseqüentemente, homogeneizadas. É na periferia que o poder pode ser analisado de forma a se observar a diversidade das forças atuantes em uma organização;
- 2) Deve-se procurar qual a intenção do poder nas práticas sociais reais, "em sua face externa" (FOUCAULT, 1979, p. 182). Deve ser compreendido na relação direta como o seu objeto, local onde ele se aplica e produz efeitos; não analisar a intenção de um sujeito, o que esse pretende ao exercer poder - o que seria uma abordagem interna -, mas, entender como foi constituído, quais são seus elementos constitutivos, quais seriam as forças e condições que permitiram seu domínio sobre os demais poderes, suas multiplicidades. Enfim, busca-se entender o seu *Entstehung*, a emergência de uma força sobre as demais forças que ali atuam. Deseja-se encontrar o seu ponto de surgimento, o salto de uma força dos bastidores para o palco do teatro (FOUCAULT, 1979);
- 3) Não conceber o poder como um "fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras" (FOUCAULT, 1979, p.183), pois não é algo que é dividido entre os que o possuem e aqueles que não o possuem e são dominados. O poder deve ser pensado como um fluxo, algo em constante movimento que circula e só funciona em rede, não se constituindo, assim, em algo fixo. Portanto, "não se aplica aos indivíduos, passa por eles" (FOUCAULT, 1979, p. 183), o que demonstra e reforça o pensamento foucaultiano que constitui o poder como sendo microfísico, não estático, em constante movimento e transformação. Onde há poder sempre haverá resistência (FOUCAULT, 1979);
- 4) O estudo genealógico não procura fazer uma dedução do poder que, partindo do centro, procurar-se-ia medir até que ponto periférico da estrutura social ele provocaria algum efeito; mas, sim, fazer uma análise ascendente do poder, começando pelos mecanismos infinitesimais, na periferia da estrutura social. Para melhor entender essa precaução metodológica, faz-se necessário exemplificar com a pesquisa de Foucault sobre a loucura:

A análise descendente, de que se deve desconfiar, poderia dizer que a burguesia se tornou a classe dominante a partir do final do século XVI e início do século XVII; como é então possível deduzir desse fato a internação dos loucos? A dedução é sempre possível, é sempre fácil e é exatamente esta a crítica que lhe faço. Efetivamente, é fácil mostrar como se torna obrigatório desfazer-se do louco justamente porque ele é inútil na produção industrial. [...] Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O

que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar; por exemplo, quanto à exclusão da loucura ou à repressão e proibição da sexualidade, ver como, ao nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades [...] (FOUCAULT, 1979, p. 184-185).

Logo, não interessa analisar, em uma pesquisa genealógica, qual é a extensão do poder, qual a sua medida, mas, compreender que o poder é um fluxo que não está preso nem contingenciado dentro dos limites de uma organização. Ele circula livremente e transpassa sem fronteiras todos os pontos da estrutura social;

5) Uma visão intimista de subjetividade humana não deve ser levada em consideração em uma pesquisa que utilize o estudo genealógico. Para a genealogia foucaultiana o que existe são processos de subjetivação que moldam, desmoldam, enfim, dobram o homem a todo tempo, e constroem sua subjetividade. Utilizar em pesquisas genealógicas determinados conceitos psicanalíticos que vêem o homem como um ser que tem uma subjetividade própria, íntima, fechada, indevassável, como algo particular de cada pessoa, construída por cada indivíduo de forma própria é um grave erro. O indivíduo constitui-se a partir do fluxo de forças que o passam, perpassam, transpassam, ou melhor, são essas forças que constituem o homem e sua subjetividade. Portanto, valores que os homens pensam serem particulares de cada indivíduo são estabelecidos pelas forças que o constituem.

Assim, verificam-se três concepções básicas sobre poder em Foucault (1979, 1987a, 1987b, 1988, 1999b, 2003a, 2003c): primeiro, o poder não tem como característica principal ser repressivo, negativo, mas, sim, ser positivo e, dessa forma, produzir o indivíduo; segundo, não pode ser possuído, mas sim exercido; e finalmente, passa tanto pelos dominados quanto pelos dominantes. Assim, o genealogista não pesquisa de onde vem o poder, tampouco qual é o local de sua origem, pois é um exercício e se define pela possibilidade de afetar outras forças. Contudo, para se entender como essas características podem ser percebidas e analisadas no dia-a-dia de uma organização, torna-se necessária uma melhor explicação das mesmas dentro da obra e do pensamento de Michel Foucault. Os próximos parágrafos pretendem abordar qual o significado de um estudo genealógico. De onde provém? Qual sua relação com poder? Quais diferenças esse procedimento instaura? São as respostas para tais perguntas que trarão luz a este debate.

A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO GENEALÓGICO DE FOUCAULT

Meu desejo, em todo o caso, era dar a um olhar tão agudo e imparcial uma direção melhor, a direção da efetiva história da moral, prevenindo-o a tempo contra essas hipóteses inglesas que se perdem no azul. Pois é óbvio que uma outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral; o cinza, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano! (NIETZSCHE, 1998, p. 13)

É em Nietzsche (1998) que encontramos o conceito de genealogia utilizado por Foucault (1979, 1987a, 1988, 1999b, 2003a, 2003c); por isso faz-se necessário entender o pensamento genealógico do primeiro (1998). Vale salientar que o pensamento genealógico não teve sua origem em Nietzsche, pois, ao estudar a procedência da moral, esse autor afirma que foi na genealogia desenvolvida por psicólogos ingleses, basicamente na obra de Paul Rée, que lhe despertou o interesse de divulgar suas idéias genealógicas (NIETZSCHE, 1998). Contudo, a

genealogia nietzschiana é oposta à genealogia de Paul Rée. Enquanto essa prega a continuidade, a genealogia nietzschiana prega a descontinuidade da história. Para Nietzsche (1998), a história não é formada por cadeias de signos, que se sucedem e substituem-se, ininterruptamente, de uma forma meramente casual.

A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus 'monumentos ciclóticos' não a golpes de 'grandes erros benfazejos', mas de 'pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo'. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista: ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da 'origem' (FOUCAULT, 1979, p. 15-16).

A genealogia nietzschiana não busca a origem histórica, pois a busca de uma origem pressupõe a existência de uma "essência", uma "verdade" que está esperando para ser encontrada, constituindo-se como algo estático que aconteceu em determinado momento. Essa busca captura o jogo de forças e a processualidade em um referencial fixo inicial (ANDRADE, 1999). Pelo contrário, genealogia é a busca da proveniência, em que "não se busca um acúmulo evolutivo e ordenado de fatos, mas um conjunto de acidentes, de acontecimentos [...] a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário, ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido" (ANDRADE, 1999, p. 77).

Genealogia para Nietzsche é o oposto da filosofia socrático-platônica que está baseada na metafísica, na busca de uma verdade, fazendo com que essa seja um ideal ascético a ser seguido. Em "Genealogia da Moral", Nietzsche (1998) critica a busca da verdade pelo homem, entendendo que ela (conhecimento) é algo historicamente constituído.

Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve, uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o instante da maior mentira e da suprema arrogância da história universal (NIETZSCHE, *apud* FOUCAULT, 2003a, p. 13).

Sendo assim, não existe verdade e valores para serem seguidos ou buscados por meio do conhecimento. A verdade é fruto de uma relação de forças, de um embate, de uma guerra, de uma construção histórica, algo que está em constante metamorfose. Conceber a vida como embate é, pois, concebê-la como uma relação de forças sempre em busca de dominar e sobrepujar umas às outras. "O fundamental da genealogia é avaliar que conjunto de forças produz um certo tipo de valor e qual direção este valor imprime à vida" (ANDRADE, 1999, p. 77). Qualquer força tende a querer aumentar sua influência, seu domínio; entretanto, nesse choque entre diversas forças, a força dominante não elimina as outras, mesmo que essas sejam contrárias à dominante, mas afirma uma diferença. Mas o que seriam tais forças? Como se relacionam?

Na medida em que a avaliação de qualquer configuração implica a avaliação das forças aí presentes, faz-se necessária uma compreensão dessas forças no pensamento nietzschiano. A força só existe no plural; ela efetiva-se no confronto com outras forças. Não se trata de algo que é impulsionado ou que haja objetivos a serem atingidos pela efetivação da força. Trata-se de *vontade de potência*, de um estender-se até o limite, manifestação de um 'querer-vir-a-ser-mais-forte' que se efetiva continuamente no embate com outras forças (ANDRADE, 1999, p. 81, grifos nossos).

Vontade de potência é o que faz as forças moverem-se, lutarem entre si constantemente. Assim, a "essência" da vida é a vontade de potência". A análise genealógica considera a vida como vontade de potência mesmo quando ela é reativa, negativa, fraca, isto é, quando exprime uma vontade de nada, quando é *niilista*" (MACHADO R., 1999, p. 69). Sendo a vontade de potência a essência da vida, conclui-se que a genealogia, seja qual for o objeto que a ela se aplique, será também uma teoria da vontade de potência (MACHADO R., 1999).

A má-consciência, o ressentimento e o ideal ascético fazem com que a vontade de potência tenha sua direção modificada para o interior do homem. Nietzsche (1998), em *Genealogia da Moral*, define as características do niilismo: ressentimento, má-consciência e ideal ascético. "O ressentimento é o predomínio das forças reativas sobre as ativas. O ressentimento é alguém que nem age nem reage realmente; produz apenas uma vingança imaginária, um ódio insaciável" (MACHADO R., 1999, p.64). Assim, o homem produz culpa e culpados por meio da má-consciência. Por último, o ideal ascético transforma a vida em um erro, ou seja, como se o verdadeiro sentido da vida estivesse em um mundo além vida. "Para tornar-se desejável essa negação da vida, supõe-se a existência de outra vida, de um mundo do além, de um mundo supra-sensível" (MACHADO R., 1999, p. 66).

O ESTUDO GENEALÓGICO

Ursprung, Entestehung, Herkunft e Erfindung. Palavras alemãs que merecem destaque no estudo genealógico. *Ursprung* significa origem, palavra que Nietzsche (1998) evita utilizar em sua obra, substituindo-a por *Entestehung, Herkunft e Erfindung*. Nietzsche (1998) não quer pesquisar a origem como salienta Foucault:

Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (*Ursprung*)? Porque, primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma origem é tentar reencontrar 'o que era imediatamente', o 'aquilo mesmo' de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim, uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (1979, p. 17-18).

O estudo genealógico não busca a origem, não quer encontrá-la, mesmo porque para o genealogista ela não existe. Não há algo dado, oculto, esperando que alguém a descubra. É exatamente por isso que Nietzsche (1998) evita utilizar em sua obra a palavra essência ou origem (*Ursprung*). Mas quais palavras são utilizadas pelo genealogista quando esse percebe a imanência de uma força? O que poderia representar o domínio de uma força sobre outras, marcando, assim, o início de um novo período histórico?

Herkunft significa proveniência, significa entender a complexa rede formada por marcas sutis, singulares e subindividuais, que juntas formam uma rede. Contudo, o estudo genealógico não recua no tempo para procurar uma continuidade, não quer mostrar que o presente é fruto de um passado contínuo e progressivo, mas, sim, demonstrar que o passado é algo disperso, e que deve ser mantido nessa dispersão. "É descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente" (FOUCAULT, 1979, p. 21). A pesquisa da proveniência não quer fundar, mas sim agitar, sacudir o que parece imóvel, fragmentar o que se pensa unido, afirmar a heterogeneidade. *Herkunft* designa-se a demonstrar como as forças lutam entre si, o combate de forças frente à adversidade, sua luta pela sobrevivência (FOUCAULT, 1979).

Entestehung traz consigo a idéia de emergência, é o ponto de surgimento. "A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude" (FOUCAULT, 1979, p. 24).

As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. Se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos (FOUCAULT, 1979, p. 26).

Proveniência, emergência. *Herkunft, Entstehung*. Palavras-chave para entender o estudo genealógico. Além delas, outra palavra é essencial para o genealogista: *Erfindung*. *Erfindung* é a palavra que mais se opõe a *Ursprung* (origem). *Erfindung* quer dizer invenção. “Quando fala de *invenção*, Nietzsche tem sempre em mente uma palavra que se opõe à invenção, a palavra *origem*. Quando diz *invenção* é para não dizer *origem*; quando diz *Erfindung* é para não dizer *Ursprung*” (FOUCAULT, 2003a, p. 14). Quando Nietzsche estuda a religião, ele critica alguns filósofos, como Schopenhauer, que afirmam e buscam em seus estudos a origem da religião. Para Nietzsche, admitir que a religião tem uma origem, significa que a religião já era algo dado, algo metafísico. Portanto, para Nietzsche a religião não tem origem, pois ela foi inventada (FOUCAULT, 2003a). “Em um dado momento, algo aconteceu que fez aparecer a religião. A religião foi fabricada. Ela não existia anteriormente” (FOUCAULT, 2003a, p. 15). Enquanto *Ursprung* passa uma idéia de continuidade, *Erfindung* dá uma idéia de ruptura, descontinuidade.

A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. [...] O conhecimento foi, portanto, inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. É dizer, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana (FOUCAULT, 2003a, p. 15-16).

Assim, para a genealogia a história é feita de rupturas, descontinuidades. A idéia de que a história é algo contínuo, que sempre tende para o progresso, de que existe uma origem a ser descoberta e em cuja origem pode-se encontrar a essência do homem, toda a sua pureza, sua perfeição, enfim, tudo o que prega a metafísica socrático-platônica, é para o genealogista mera ilusão.

GENEALOGIA E PODER

“Hoje fico mudo quando se trata de Nietzsche. No tempo em que era professor, dei freqüentemente curso sobre ele, mas não mais o faria hoje. Se fosse pretensioso, daria como título geral ao que faço de ‘genealogia da moral’” (FOUCAULT, 1979, p.143). Assim, Foucault (1979) designa a sua obra sobre poder como sendo uma ressonância nietzschiana. Contudo, quais seriam as relações entre a genealogia nietzschiana e a analítica de poder foucaultiana? Em que se complementam? Quais as suas repercussões nos estudos sobre poder?

O estudo sobre saber consiste em analisar como as ciências humanas constituíram-se, levando em consideração uma relação entre os saberes, estabelecendo uma rede conceitual que permite seu domínio sobre os demais saberes e não analisando de forma intencional as relações entre os saberes e as estruturas econômicas e políticas. Essa análise objetiva responder como surgem os saberes e como se modificam (FOUCAULT, 1999a, 2002, 2003b). Na analítica de poder, Foucault (1979, 1987a, 1988, 1999b, 2003a, 2003c) preocupa-se em estudar o porquê do domínio de um saber, quais condições externas proporcionam o domí-

nio de um determinado saber. É por meio da análise do porquê dos saberes que se pretende explicar sua existência e suas transformações, situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia (FOUCAULT, 1979, p. X).

Assim, o que seria poder para Foucault? Algo que possa ser colocado em um microscópio para ser analisado? Uma teoria? Um objeto? Não. Foucault (1979), como todo genealogista, estabelece uma analítica e não uma teoria sobre o poder. Por quê? Porque, como vimos, a genealogia não vê a história como algo contínuo, fixo, linear, mas sim, como algo em constante transformação. A história é necessariamente descontínua, não linear, marcada por rupturas que refletem a luta entre forças que estão sempre se modificando em um determinado contexto histórico. Foucault procura acompanhar o processo de transformação das relações de poder em lugar de fixar definições colocadas em uma busca da verdade: o poder não possui uma natureza, uma essência, uma origem, uma unidade, um objeto, ao contrário, poder é heterogeneidade em constante transformação.

O que é o Poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma 'relação de poder'. Compreendamos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força.[...] a força não tem outro objeto além de outras forças, não tem outro ser além da relação: é 'uma ação sobre ação, sobre as ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes', é 'um conjunto de ações sobre ações possíveis' (DELEUZE, 1988, p.78).

Sendo o poder relações de força, manifesta-se em todas as práticas sociais. Assim, o poder passa a ser analisado em sua microfísica e não como algo incorporado e criado pelos aparelhos de Estado. A microfísica apresenta o poder como algo periférico e molecular (FOUCAULT, 1979). Desta forma, os poderes periféricos e moleculares não estão no Estado e nem foram confiscados e absorvidos por ele. Não têm sua origem no Estado, nem tiveram sua origem fora dele, pois o poder não tem origem. O poder manifesta-se no Estado ou em qualquer aparelho central como, também, em toda periferia da estrutura social (FOUCAULT, 1979). É por meio de instituições como o Estado, o judiciário, a escola, a família, a religião, o mercado, a arte etc., que o poder estabiliza-se e traça uma linha de força geral. As canalizações e integrações do poder em instituições não caracterizam essas instituições como fontes de poder, nem como sendo sua essência (DELEUZE, 1988). Em suma: o poder não existe, o que existe são relações e práticas sociais nas quais o poder é exercido (FOUCAULT, 1979).

De uma certa forma, os mecanismos de poder nunca foram estudados, mas, sim, as pessoas e as instituições que detinham o poder, como se elas fossem fontes de poder. "Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado" (FOUCAULT, 1979, p. XII). Destaca-se, nessa autonomia relativa da periferia em relação a um aparelho central, que as mudanças e transformações no nível capilar do poder não possuem necessariamente ligação com mudanças que têm sua origem no Estado (FOUCAULT, 1979). Em termos metodológicos, Foucault (1979) prioriza o nível molecular do poder, ou seja, o poder não é estudado do centro para a periferia. Essa forma de análise do poder provoca rupturas com a visão tradicional e conservadora, pois privilegia o que se pensava enfraquecido, atônito, sem poder, pois onde há poder há resistência (FOUCAULT, 1979). Entretanto, isso não significa que o poder esteja na periferia ao invés de estar no Estado ou em qualquer outra instituição. Vale lembrar que o poder não está localizado em nenhum ponto específico de toda estrutura social.

O poder geralmente é visto como algo que reprime, algo que se manifesta apenas pela negação, pela proibição, pela punição. Em "Vigiar e Punir" Foucault

(1987a) demonstra exatamente o oposto: o poder manifesta-se na maioria das vezes como algo positivo, objetiva produzir o homem de acordo com os interesses das forças que querem dominar. Foucault (1979, p. 131), quando analisa a mecânica do poder, pensa “em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana”. Torna-se mais eficaz vigiar o homem do que puni-lo. O poder tem como objetivo gerir a vida dos indivíduos, controlá-los nas suas relações, na sua aprendizagem, para torná-los dóceis, adestrados, utilizar, assim, uma forma constante de aperfeiçoamento das capacidades humanas para aproveitá-las ao máximo. O poder passa a ser exercido no corpo social e não sobre o corpo social.

Tendo como efeito a constituição de uma identidade. Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças (FOUCAULT, 1979, p. 161-162).

Assim, o poder não pode ser explicado apenas por sua função negativa, mas deve-se, para entendê-lo, analisar a sua eficácia produtiva, sua positividade, pois o indivíduo é uma produção do poder e do saber, tendo como efeito a constituição de sua subjetividade. Qual é a relação entre poder e saber? Qual sua influência nos estudos genealógicos?

Todo conhecimento é fruto de relações e condições políticas que formam tanto o sujeito como, também, as positivities, e, conseqüentemente, os domínios do saber. Não há saber neutro (FOUCAULT, 2002), todo saber tem sua invenção, sua emergência e sua proveniência em relações de poder. Não existe poder sem saber e todo saber gera novas relações de poder. A genealogia do saber deve ser analisada não a partir dos tipos de consciência, percepções ou ideologias, mas das estratégias de poder (FOUCAULT, 1979).

Esta relação poder-saber, em termos genealógicos, é o que permite o “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171). O método genealógico consiste em ativar saberes locais, descontínuos, não legitimados e confrontá-los com o saber dominante que pretende purificá-los, ordená-los e classificá-los em nome de um conhecimento verdadeiro. Refere-se a uma insurreição dos saberes contra os efeitos centralizadores do poder que estão ligados às instituições. Trata-se não de dar um fundamento teórico contínuo e sólido a todas as genealogias que estão dispersas, nem tentar unificá-las, mas de verificar sua emergência e evidenciar o problema que está em jogo nesta oposição, nesta luta, nesta insurreição dos saberes contra a instituição e os efeitos de poder e de saber (FOUCAULT, 1979). Desta forma:

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade (FOUCAULT, 1979, p. 172).

“Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 27). A microfísica não constitui o poder como uma propriedade, mas como uma estratégia, ou seja, os efeitos do poder não podem ser designados a uma apropriação do poder, mas, sim, às táticas, técnicas, estratégias que

surgem em uma rede de relações sempre em mudança, tornando o poder um exercício, uma prática social. Assim, o poder produz saber e as relações poder-saber não podem ser estudadas a partir de um sujeito que seria livre, em relação ao sistema de poder, para produzir saber; ao contrário, o sujeito que produz saber também é constituído pelas relações poder-saber de uma determinada época. “Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Entretanto, entre poder e saber “há diferenças de natureza, heterogeneidade; mas há, também, pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro” (DELEUZE, 1988, p. 81). Quanto à diferença de natureza, o poder não passa por formas, apenas por forças. O saber diz respeito a matérias já formadas, cristalizadas, e a funções formalizadas e regulamentadas, repartidas palmo a palmo sob as duas grandes condições formais do saber: ver e falar, luz e linguagem, visível e enunciável. Portanto, o saber é estratificado, classificado, arquivado, possuindo uma segmentaridade rígida (DELEUZE, 1988). O poder, ao contrário, é diagramático; as relações de forças, ou de poder, são microfísicas, difusas, estratégicas, heterogêneas e singulares. O diagrama é o mapa, “é a exposição das relações de forças que constituem o poder” (DELEUZE, 1988, p. 46). Mede intensidade, ligações, densidade entre as forças que não são localizáveis em nenhum ponto da estrutura social, ou melhor, forças que passam por todos os pontos da estrutura social e estão em constante atualização. Portanto, Foucault (1979, 1987a, 1988, 1999b, 2003a, 2003c) vê o poder como um exercício e o saber como uma norma ou um regulamento.

Sendo o poder algo diagramático, não estratificado e flexível, tendo como efeito outras forças, ele não passa por formas, mas por pontos que marcam a aplicação de uma força, uma ação e reação de uma força sobre outras. Portanto, essas relações entre forças formam uma estratégia, algo anônimo, pois escapa das formas estáveis que constituem o saber. Esse é algo estratificado, segmentado e relativamente rígido. O saber forma extratos, é constituído pelo visível e o enunciável, ou melhor, pelos aparelhos e regras instituídos (DELEUZE, 1988). O panóptico de Bentham, modelo de prisão desenvolvido no Século XIX, demonstra a relação entre o visível e o enunciável. Foucault (1987, p.165-166) assim o descreve:

na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central. E em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Todo o arcabouço penal da época, constituído pelo código penal e todo conhecimento jurídico, suas regras e normas, formam o campo enunciável do saber jurídico do século dezenove. A arquitetura do panóptico, criada para que, pela luz, cada indivíduo fosse controlado e, desta forma, incorporar-se-ia o controle, constitui o campo visível do saber. Portanto, em cada formação do saber haverá “uma forma de receptividade que constitui o visível, e uma forma de espontaneidade que constitui o enunciável” (DELEUZE, 1988, p. 84). As combinações entre visível e enunciável definem e constituem os estratos históricos que formam o saber.

O saber integra o poder, canaliza as diversas forças ou relações diferenciais de poder. Não há no saber nenhuma experiência originária, nova, porque o visível e o enunciável estão ligados às relações de poder que eles mesmos atualizam formando estratos. O diagrama interage e comunica-se tanto com os estratos formados que o estabiliza como com outro diagrama, ou seja, as outras formas instáveis de diagrama que provocam instabilidades e mudanças. Assim, as forças lutam, dominam, são dominadas e perseguem seu destino mutante (DELEUZE, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do exposto, algumas considerações sobre a aplicação do estudo genealógico nos estudos organizacionais devem ser feitas. Primeiramente, a análise foucaultiana de poder não segue o pensamento e a forma de análise de poder utilizados pela ortodoxia funcionalista e que estão presentes nos estudos organizacionais. A ortodoxia funcionalista, geralmente, define poder como a habilidade de fazer os outros fazerem o que você quer que seja feito, se necessário contra a própria vontade deles (HARDY; CLEGG, 2001).

Contudo, conforme analisado anteriormente, Foucault acredita que poder é uma estratégia sem estrategista, ou seja, não existe para o filósofo um sujeito que conseguiria controlar e manipular o comportamento de outros, pois o poder está em uma rede de relações sociais, não possuindo uma fonte, como, por exemplo, a ação de um determinado indivíduo sobre outros. Foucault acredita que o poder tem que ser analisado em sua face externa, não se preocupando com a intenção de um sujeito. Para o autor, torna-se mais importante entender como o poder se constituiu em uma múltipla rede de relações sociais, da qual ninguém escapa, não existindo, assim, dominados e dominantes.

Desta forma, observa-se que a ortodoxia funcionalista concebe o poder como algo que atua pela negação, pela repressão, pelo controle unilateral de uma determinada parte sobre a outra. Fato este que Foucault abomina, tendo em vista que em seu pensamento o poder é exercido de uma forma muito mais positiva do que negativa, ou seja, o poder é microfísico, atuando de forma sutil, produzindo formas de vida ao invés de apenas negar ou reprimir a própria vida.

A orientação gerencialista enxerga o poder nas organizações como sendo uma estrutura hierárquica de cargos. O poder exercido dentro desta estrutura é considerado como legítimo, normal e inevitável, derivando-se do desenho formal da organização. Qualquer exercício de poder fora da hierarquia concebida pelos peritos organizacionais é visto como ilegítimo. Assim, a ortodoxia funcionalista acredita que existe um poder legítimo que é bom para a organização e um poder ilegítimo que traz danos à harmonia e sobrevivência da organização. Para Foucault, não existe poder legítimo ou ilegítimo, para o filósofo existe apenas relações de poder, sendo que as mesmas não podem ser classificadas como ilegítimas ou legítimas, pois o que constitui algo como legítimo são as próprias relações de poder em uma determinada época.

Entretanto, os funcionalistas, quando utilizam a palavra poder, utilizam-na como sendo essencialmente como algo ilegítimo, como algo disfuncional e como uma manifestação de um comportamento baseado no interesse próprio, o qual deve ser abolido das organizações. Desta forma, os mesmos não denominam de poder as relações que se exercem dentro e de acordo com a hierarquia organizacional, chamando de poder apenas as relações que ocorrem fora desta hierarquia, ou seja, as relações que consideram como ilegítimas. Qual é a implicação disto? Simplesmente é que o poder é visto pelo funcionalismo como algo ligado à política, e toda forma de política deve ser abolida da organização, pois exclui da política as relações entre os gerentes e seus subordinados, já que os gerentes exercem um poder legal, concebido dentro da estrutura hierárquica, não sendo este exercício considerado como político.

Foucault traz novamente para os estudos organizacionais o caráter político das relações de poder. Toda relação de poder para o filósofo é ética-política-estética. Ética porque trabalha com a vida. Estética porque considera a vida como um processo de criação, ou seja, sempre é possível a vida ser recriada, pois a realidade não é natural, não é algo acabado, está em constante transformação. Político porque trabalha com o coletivo, com a idéia de pólis.

Assim, trazer para os estudos organizacionais uma concepção ética-política-estética para analisar as práticas sociais que ocorrem em uma empresa possibilita novas perspectivas e abre novos horizontes para entender os fenômenos sociais que ocorrem em uma organização. Rompe, desta forma, com a tradição funcionalista de análise, e marca, de uma vez por todas, o campo organizacional como sendo um campo político formado por uma rede de múltiplas relações sociais e histórica ou esteticamente construído por tais relações.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Angela Nobre. Avaliação genealógica. In: MENANDRO, Paulo Rogério Meira; TRINDADE, Zeidi Araújo; BORLOTI, Elizeu Batista (Orgs). *Pesquisa em psicologia: recriando métodos*. Vitória: UFES. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: CAPES. PROIN, 1999.
- BURRELL, Gibson. Ciência normal, paradigmas, metáforas discursos e genealogia da análise In : CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. *Handbook de estudos organizacionais*. v.1. São Paulo: Atlas, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *Foucault*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder - organização e tradução de Roberto Machado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987a.
- _____. *Nietzsche, Freud & Marx: theatrum Philosophicum*. 4. ed. São Paulo: Editora Princípio, 1987b.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes. 1999b.
- _____. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003a.
- _____. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003b.
- _____. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003c.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOURNIER, Valérie; GREY, Chris. At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies, *Human Relations*, v. 53, n. 1, 2000.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HARDY, Cynthia; CLEGG, R. Stewart. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. *Handbook de estudos organizacionais*. v.2 São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Fábio Henrique. A História em xeque: Michel Foucault e Hayden White. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

LUCARINY, José Guilherme Dantas. *A morte de Deus e a morte do homem no pensamento de Nietzsche e de Michel Foucault*. 1998, 148 f. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, Maria Elizabeth de (org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória:EDUFES, 1999.

MACHADO, Roberto. *Zaratrusta, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Nietzsche e a verdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MOTTA, Fernando Cláudio; ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. Em: ANPAD, 27. 2003, Atibaia. *Trabalhos apresentados*. São Paulo, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PARKER, Martin. Critique in the name of what? Postmodernism and critical approaches to organization, *Organization Studies*, v. 16, n. 4, 1995.

_____. Capitalism, subjectivity and ethics: debating labour process analysis, *Organization Studies*, v. 20, n. 1, 1999.

RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROSA, Ronney Muniz. Subjetividade produzida: poder e disciplina em uma problematização foucaultiana. In: BAPTISTA, Dulce (Org.). *Cidadania e Subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. São Paulo: Imaginário, 1997.

VASCONCELOS, José Antonio. História e pós-estruturalismo. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

VATTIMO, Gianni. *As aventuras da diferença: o que significa pensar depois de Heidegger e Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, 1980.